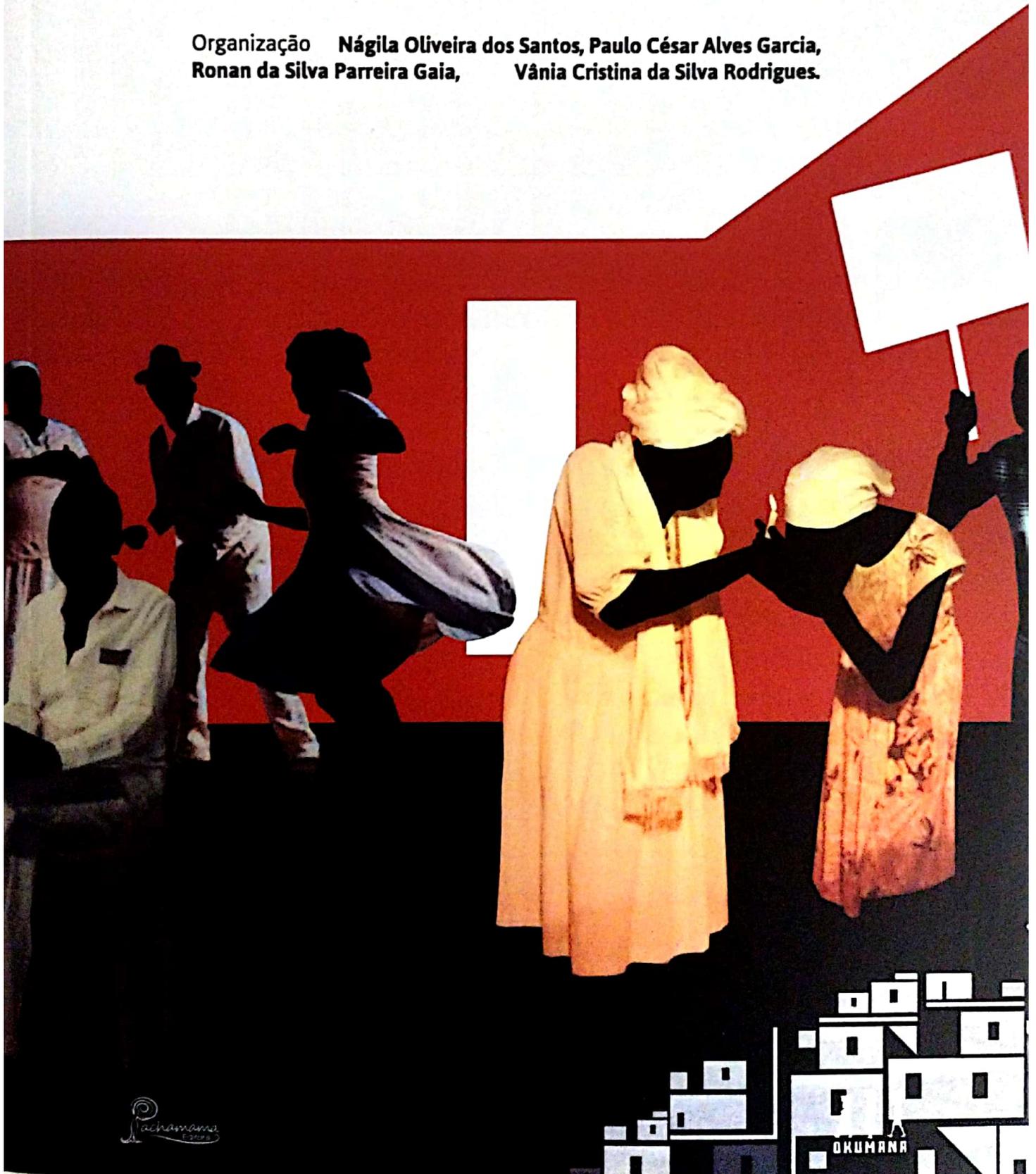


JUULA NJILA

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Organização Nágila Oliveira dos Santos, Paulo César Alves Garcia,
Ronan da Silva Parreira Gaia, Vânia Cristina da Silva Rodrigues.





PACHAMAMA EDITORA

Site: www.pachamamaeditora.com

E-mail: pachamamaeditora@gmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/pachamamaeditora/>

Instagram: @pachamamaeditora

Youtube: Pachamama Editora

Edição: Aline Rochedo Pachamama

Projeto gráfico e diagramação: Thiago Assis Felisberto Petronilho

Revisão: Helena Correia de Faria

Capa e Ilustração de capa: Thiago Assis Felisberto Petronilho

(colagem a partir de fotografias históricas de movimentos negros brasileiros, movimentos culturais e religiosos afro-brasileiros, além de movimentos indígenas)



REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES

Site da Revista África e Africanidades: www.africaeaffricanidades.com.br

Plataforma de cursos EAD: <https://ead-africaeaffricanidades.maestrus.com/inicio/>

E-mail: revista@fricaeaffricanidades.online

Facebook: <https://www.facebook.com/africaeaffricanidades/>

J61 Jiula Njila : educação para as relações étnico-raciais /
Organização: Revista África e Africanidades, Nágila Oliveira dos Santos,
Paulo César Alves Garcia, Ronan da Silva Parreira Gaia e Vânia Cristina
da Silva Rodrigues. – Rio de Janeiro : Pachamama, 2021.
192 p. ; 16x23 cm.
ISBN 978-65-5735-013-3

1. Relações raciais – Brasil. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Negros
– Identidade racial. I. Revista África e Africanidades. II. Santos, Nágila
Oliveira dos. III. Garcia, Paulo César Alves. IV. Gaia, Ronan da Silva Parreira.
V. Rodrigues, Vânia Cristina da Silva.

CDD 370.1170981

CRB7 6590 Maria Fernanda Nogueira

OS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS COMO ATO POLÍTICO: A LITERATURA E SUAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus
Gustavo Tanus

A BIBLIOTECA, A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS E A DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

As bibliotecas são instituições sociais, políticas e culturais inseridas em uma dinâmica espaço-tempo histórico. É um local que visa à organização e à disseminação da herança cultural bibliográfica e ao atendimento das necessidades informacionais de seus usuários/leitores. Ancoram-se, essencialmente, nos valores democráticos e no livre acesso às múltiplas fontes de informação, entre eles, o próprio livro, que é uma das formas de registrar o conhecimento. As bibliotecas têm o dever de promover o acesso aos serviços, aos recursos e às fontes de informação (analógicos e digitais) para a comunidade e devem manter-se sempre integradas com as necessidades das comunidades onde estão inseridas, atuando como “agentes de mudanças”, de modo proativo, no desenvolvimento social e cultural do indivíduo e da comunidade (IFLA, 2012). A diversidade e o acesso à informação são fundamentais para a constituição de uma sociedade menos desigual e fundamentada na pluralidade por cidadãos que, por meio do acesso à leitura literária, constroem, fortalecem e reelaboram suas identidades e formam comunidades.

A modificação “revolucionária no pensamento”, dada pelo conceito de afrocentricidade, de Molefi Asante (2009), consiste em se pensar no sujeito negro, no caso africano, como ponto central do contexto, partindo de seu lugar, de sua realidade, e não, de sua origem da Europa. Nesse contexto, estabelecemos um enlace desse pensamento com as bibliotecas, a importância da leitura, sobretudo, da literatura afro-brasileira, e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, representado pela publicação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, marco histórico importante da luta antirracista brasileira. Em 2004, também foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais (DCNs) e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que demarcaram um movimento de descolonização dos currículos (GOMES, 2012). Aqui, propomos que haja também uma “**descolonização dos acervos das bibliotecas**” (TANUS; TANUS, 2018, 2020). O acesso aos livros e a informação para todos são previstos no Código de Ética dos bibliotecários, sem discriminação ou qualquer outra forma de preconceito, “com vistas ao desenvolvimento pessoal, à educação, ao enri-

quecimento cultural, ao lazer, à atividade econômica, à participação informada e ao aprimoramento da democracia” (IFLA, 2016).

Conceição Evaristo (2009, p. 17) nos informa acerca da literatura afro-brasileira que há uma diversidade de entendimentos sobre ela, que pode ser vista como um *corpus literário* específico da Literatura Brasileira. “Esse corpus se constituiu como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira”. A produção literária de escritores(as) afro-brasileiros(as) configura-se como uma das inúmeras expressões artísticas, que sinalizam “um modo próprio de produzir e de conceber um texto literário, com todas as suas implicações estéticas e ideológicas”. Segundo Eduardo de Assis Duarte (2010), a literatura afro-brasileira é um processo, um devir e certo “segmento ou linhagem, componente de amplo encadeamento discursivo”, que está “dentro e fora” da literatura brasileira, como declarou o pesquisador Octavio Ianni. Os elementos de análise para definir essa literatura são: temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público, que estão resumidos nesta citação:

Para além das discussões conceituais, alguns identificadores podem ser destacados: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. (DUARTE, 2010, p. 122).

Entendemos que a literatura afro-brasileira é importante por causa da qualidade do conhecimento que produz e que faz circular e da luta pela desobliteração desse conhecimento. Isso significa que essa literatura, ao mesmo tempo em que questiona os estereótipos com os preconceitos raciais e os ditos “valores” de uma sociedade branco-cêntrica, que obliterou e tem obliterado tantas vozes de homens e de mulheres negros ao longo da história, apresenta modos de romper com o imaginário negativo, por meio de uma expressão e expressividade de altíssimo valor estético.

Diante do exposto, o objetivo geral deste texto é discutir sobre a importância das bibliotecas, em especial, sobre a formação e o desenvolvimento das coleções voltadas para a literatura afro-brasileira. E como o acervo é um dos recursos oferecidos pela biblioteca, é de suma importância que ele reflita a diversidade dos desejos, das vontades e dos gostos dos leitores, que também são múltiplos e diversos. Assim, para construir esse trabalho exploratório, de natureza qualitativa, pautado pela pesquisa bibliográfica, convocamos, sobretudo, as/os autoras/es do campo da Biblioteconomia para um diálogo. Para subsidiar esse processo de desenvolvimento dos acervos, ilustraremos,

com exemplos, cada uma das fontes de informação que consideramos importantes e que são voltadas para a literatura negra, afro-brasileira, negro-brasileira e afrodescendente: as **Editoras**, com seus catálogos; o espaço das **Livrarias**; o lugar das **Antologias**; os multiarquivos, que são os **Portais**, e as **Obras de referência** que congregam informações, neste caso, informações especializadas acerca de um tema.

Reforçamos que a representatividade e a diversidade dos acervos devem, obrigatoriamente, refletir a diversidade de nossa sociedade, pois, caso contrário, aumentaríamos cada vez mais o fosso erigido entre a biblioteca e sua comunidade. Essa reparação deveria estar explícita no documento “Política de Formação e Desenvolvimento das Coleções (FDC)” como mais um dos procedimentos/etapas que compõem esse processo essencial de constituição dos acervos das bibliotecas. Para isso, a biblioteca deve ser um espaço multicultural e de resistência que, por meio de seus acervos, é uma das portas de entrada para a formação do leitor (ainda que não exclusivamente) e para o letramento literário (que normalmente acontece em ambiente escolar). Esses acervos ajudam a sedimentar caminhos entre a obra e o público e fortalecem as editoras que publicam esses autores.

Há que assumir uma postura política ativa nesse espaço cultural de formação de identidades, de desenvolvimento dos sujeitos e, por assim dizer, de cidadania, com vistas a um projeto de nação baseado na diversidade. É importante e urgente que os bibliotecários repensem constantemente sobre seu lugar de atuação e os efeitos provocados por ela nos indivíduos e na comunidade, para que não se perpetue a lógica dominante e excludente. Portanto, a biblioteca não deve servir como mais um “aparelho ideológico do Estado”, conceito cunhado por Louis Althusser. Nessa direção, ao discutir sobre a presença do negro na biblioteca, em particular, na Biblioteca Pública Estadual do Maranhão, Cardoso (2015) observou a exclusão e o silenciamento da memória da população negra, que perpassa a ausência de materiais bibliográficos e as ações culturais que demonstram a contribuição desse povo para a construção do país, o que dificulta ou impede uma (re)construção de identidades a partir desse equipamento cultural.

Em síntese, as bibliotecas não devem ser espaços de reprodução de racismos e preconceitos nem servir para manter uma “pretensa” ordem, função que foi posta em seu momento fundacional. Além de espaços de formação de coleções que contribuam para construir o imaginário nacional, as bibliotecas devem ser lugares onde se deve refletir sobre o que esses acervos revelam a respeito do imaginário gestado devido à diversidade de sujeitos que formam o conjunto nacional. Isso significa que ela poderá dar subsídios para desconstruir imaginários negativos de longa duração, como os que fundamentam o racismo atual, e abrigar não apenas múltiplos discursos, como deverá fomentar o diálogo entre eles, em que visões de mundo se conheçam, desde suas formações até seus desenvolvimentos, e possam ser uma das bases – bibliográficas – para a liberdade dos povos.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS: A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E SUAS FONTES

A escassez de recursos econômicos para a área da cultura e os investimentos para a aquisição de novas fontes informacionais, somada ao crescente volume de produção do conhecimento, impossibilita que as bibliotecas adquiram a totalidade dos registros do conhecimento, o que aumenta a importância do ciclo da formação e desenvolvimento de coleções, em especial, destas partes: o estudo da comunidade; a política de seleção; e a seleção. Em princípio, essas atividades desse ciclo estão todas em pé de igualdade – estudo da comunidade; política de seleção; seleção; aquisição; desbastamento e avaliação (VERGUEIRO, 1989). Porém as três primeiras atividades reverberam as demais e são orientadoras e definidoras dessas outras. São essas três atividades que ganham, em geral, a maior expressão na criação de coleções das bibliotecas públicas, pois a diversidade de usuários conduz ao contínuo acompanhamento das demandas, dos gostos e das necessidades desses usuários (VERGUEIRO, 1989).

No prefácio do livro de Elisa Corrêa, 'Gestão de estoques de informação: novos termos e novas posturas para um novo contexto' (2016), o prefaciador Waldomiro Vergueiro declarou preferir o termo 'estoque', proposto pela autora, a 'desenvolvimento de coleção', 'gestão de coleções' ou 'administração de acervos', pois, segundo ele, o termo teria "um aspecto mais dinâmico, de conjunto renovável, que parece muito apropriado ao conceito que se apresenta" (VERGUEIRO, 2016. p. 9). Mas, apesar dessa proposta de modificar os termos, preferimos, neste momento, continuar com o clássico 'desenvolvimento de coleções', porque ele implica a ação de desenvolver, no crescimento de coleções que independem do suporte ou formato e por acreditar que o termo 'gestão' se afasta de um pretensão modismo e do "estoque" que traz, por sua vez, a concepção de depósito, além de remeter a quantificáveis e acumulados, em um universo administrativo, que é pouco adequado para o contexto das bibliotecas, as quais já foram e ainda são associadas a essa ideia da guarda dos acervos.

Interessante perceber que Vergueiro (2017, p. 45), em sua mais recente publicação, 'Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária', continua utilizando o termo estabilizado para a atividade de formar e desenvolver coleções, já que a palavra 'estoque' só aparece no texto uma vez e associada a certo acúmulo, a saber: "Tradicionalmente, a constituição dessa coleção particular ocorreu fazendo uso de estoques de materiais de informação formalmente constituídos em livrarias, bibliotecas de todos os tipos, centros de documentação, etc.". Nessa direção, da formação e do desenvolvimento de coleções, é essencial a atividade de planejamento institucional de curto, médio e longo prazos, com vistas à coerência da missão, do objetivo, da visão e do perfil da comunidade, efetivando a lógica (necessária) de

“acervos integrados à comunidade” (VERGUEIRO, 1989, p. 14). Como bem definiu esse autor, “as coleções não se desenvolvem no vazio, fruto da geração espontânea” (VERGUEIRO, 1989, p. 18), por isso é imprescindível que o profissional da Biblioteconomia se mantenha atento, no sentido de que o processo de desenvolvimento de coleções é um processo ininterrupto, afetado por fatores externos e “não é algo que se começa hoje e tem um prazo estipulado para seu término” (VERGUEIRO, 1989, p. 15).

O planejamento de coleções deve ser visível e expresso num documento, a fim de iluminar as atividades a serem desenvolvidas, o que poderá ser base de contestações, críticas ou elogios. Segundo Vergueiro (1989, p. 25), essa “política irá funcionar como diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais”. O documento criado deve ser visto como um instrumento político que deve acompanhar as dinâmicas da sociedade e a missão da biblioteca, uma vez que serve como subsídio para a tomada de decisões e para as ações efetivas de seleção e seus desdobramentos. Em síntese, “um documento que não precisa ser extenso, mas completo, onde se apresentem diretrizes para as decisões a respeito da coleção, deixando o mínimo de coisas possíveis sem previsão” (VERGUEIRO, 1989, p. 28). Além disso, devido à dinamicidade da sociedade e da biblioteca, o documento deve ser flexível para admitir alterações, inclusões ou supressões, uma adequação coerente com a realidade em que a biblioteca se insere, o que requer constantes estudos de usuários e de suas práticas informacionais.

Dentre os fatores externos, destacamos o papel do mercado do livro nesse processo, pois, em grande medida, são as casas editoriais que definem o que será publicado e comercializado e, até pouco tempo, apenas as editoras comerciais de grande porte eram as responsáveis pelo que seria lido. Todavia, recentemente, nasceu um movimento interessante de novas editoras, com a missão de editar, divulgar e comercializar obras de escritores/as negros/as afro-brasileiros/as e africanos/as. Essas **Editoras** vêm conquistando relevante espaço no cenário editorial, o que tem possibilitado uma mudança nos acervos das bibliotecas, embora a concentração das editoras ainda seja na Região Sudeste do Brasil, sendo necessária a criação de mais editoras em todas as regiões brasileiras. Dentre as editoras em funcionamento, destacamos: Mazza Edições (Belo Horizonte); Nandyala Editora (Belo Horizonte); Quilombhoje (São Paulo); Ciclo Contínuo (São Paulo); Selo Negro Edições (São Paulo); Aziza (São Paulo); Arole cultural (São Paulo); Ogum's Toques Negros (Salvador); Nia Produções Literárias (Rio de Janeiro); e Malê³³ (Rio de Janeiro). Edições Carolina (Brasília) é uma editora sem fins lucrativos,

33 - A Editora Malê foi criada pelo bibliotecário Vagner Amaro, que declarou que a ideia da editora surgiu da necessidade de desenvolver a coleção da biblioteca em que trabalhava. Para ilustrar esse movimento, ele afirmou: “Um acervo é formado e desenvolvido de acordo com uma certa ideologia hegemônica na academia, no mercado e na sociedade em geral. Ao tentar garantir maior diversidade ao acervo e timidamente alterar esta estrutura que diz o que deve e o que não deve ser lido, encontrei estas dificuldades e, ao mesmo tempo, a inspiração para criar a editora e colaborar para modificar este quadro” (AMARO, 2016).

que homenageia Carolina Maria de Jesus, e sua principal finalidade é dar visibilidade a estudos que ajudem a refletir sobre o momento atual, seja a partir da literatura, seja a partir de outras práticas culturais. Há, ainda, as casas editoriais, cujos catálogos reservam um espaço temático ou uma "linha editorial" para essas publicações, como Nyota (Florianópolis), Pallas Editora (Rio de Janeiro), Córrego (São Paulo), Martins Fontes (São Paulo), entre outras. Todavia, é necessário ressaltar que as editoras especializadas em temas sobre literatura negra e afro-brasileira são empresas de pequeno e médio portes e não têm as mesmas facilidades dos grandes grupos editoriais, os quais objetivam, sobretudo, lucrar do que diversificar seus catálogos, o que é importante social e politicamente.

Dentre as **livrarias** especializadas, encontram-se, em São Paulo, a Livraria Griô, a Eboh Livraria e Editora; no Rio de Janeiro, a Livraria e Editora Kitabu também especializada em cultura afro-brasileira; em Belo Horizonte, a Sobá Livraria e Editora e a Livraria Bantu, da jornalista Etiene Martins. Há, ainda, a iniciativa da bibliotecária Ketty Valêncio, que abriu a Livraria Africanidades, localizada em São Paulo, cujo acervo está disponível para compra via internet e é especializado em literatura afro-brasileira e de autoria feminina. Segundo a idealizadora do projeto, "O foco é a literatura que valorize a história e a memória das pessoas pretas, especialmente as mulheres. São livros que removem a alienação e que, portanto, reafirmam que toda produção literária é política".

Como fonte de informação, de autoria e suas produções, destacamos as **Antologias**, publicações coletivas de autores e autoras em projetos específicos. A título de informação, as antologias de poemas, como: *Ebulição da escritatura*, editada pelo poeta Salgado Maranhão (Civilização Brasileira, 1978); *Axé: Antologia contemporânea da Poesia Negra Brasileira*, pelo poeta Paulo Colina (Global, 1982); *A razão da chama: antologia de poetas negros brasileiros*, pelo poeta Oswaldo de Camargo (Edições GRD, 1986) e, recentemente, a antologia *Pretextos de Mulheres Negras*, editada pelas escritoras Carmem Faustino e Elizandra Souza (Coletivo Mjiba, 2013), entre outras.

É importante, também, a antologia crítica reunida na Coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (Editora UFMG, 2011), organizada por Eduardo de Assis Duarte. Essa obra é um marco da delimitação do espaço da literatura afrodescendente dentro da crítica e da historiografia literárias. Divide-se em quatro volumes, entre os quais o quarto se dedica aos ensaios críticos. Os três primeiros abrigam informações biobibliográficas de autoria negra, com excertos de suas produções, distribuídos por momentos históricos, a saber: nascidos antes de 1930, ditos Precursores; entre 1930 e 1940, Consolidação; e na segunda metade do Século XX, Contemporaneidade.

Ressaltamos, ainda, a antologia de publicação periódica, intitulada '*Cadernos negros*', que reúne escritores e escritoras negras e é organizada pelo Quilombhoje (SP), publica-

da ininterruptamente desde 1978, em prosa e poesia, em edições intercaladas: volume par: prosa; volume ímpar: poesia. Seus volumes trazem textos literários com estéticas afro-centradas, afirmativas que revelam a diversidade das pessoas negras e marcam sua existência e sua resistência, em que reclamam seu espaço, de modo que interessa às bibliotecas, formando uma comunidade leitora.

Outras fontes de informação se espraiam pelos ambientes virtuais, que congregam diversos materiais, como gêneros textuais múltiplos – são os **Portais**, que não são apenas pontos de convergência, mas também espaços de e para a articulação de pensamentos e perspectivas, “textos de escritoras negras e escritores negros e seus respectivos textos críticos de maneira rizomática, numa estruturação de discursos, cujo destino são os deslocamentos possíveis de serem realizados por pesquisadores dentro das academias e pelos professores e alunos dentro das salas de aula” (TANUS, 2018, p. 99). Para produzir as coleções, os bibliotecários devem utilizar recursos auxiliares disponíveis para acompanhar a produção editorial, como, por exemplo, bibliografias, listas de livros recomendados, catálogos das editoras, sites especializados (GELEDÉS Instituto da Mulher Negra), resenhas publicadas na Web (o Portal **literafro** mantém esse serviço divulgado por meio da Newsletter, que publica, trimestralmente, resenhas de livros de literatura, livros de crítica e de teoria), periódicos e sites especializados e associações, como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), que mantém informações sobre publicações em seu site.

Convém destacar, ainda, a Revista África e Africanidades, que é múltipla, isto é, diversa em oferta de fontes de informação em site próprio, por ser um portal que congrega as atividades voltadas para as pesquisas em geral. Todo o conteúdo da Revista África e Africanidades está dividido em quatro núcleos: Espaço Acadêmico (formado por artigos, resenhas e relatórios de pesquisa), África e Africanidades na Sala de Aula (suplemento totalmente destinado a subsidiar alunos e professores da educação básica); Colunas (textos com caráter informativo e de entretenimento, que abrangem diversos temas, como direito, finanças, cinema, saúde, beleza, comportamento) e o catálogo de Fontes de Pesquisa sobre a temática negra formado por museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos do Brasil e do exterior (REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES, 2020).

Sobre o deslocamento das fontes para outros ambientes virtuais, é importante citar, ainda, as redes sociais, que têm se tornado, cada vez mais, um aporte decisivo para criações e relações literárias, acadêmicas e intelectuais. Livia Natália (2014, p. 79), falando sobre o Facebook, diz: “Abre-se, neste meio, igualmente, o acesso aos escritores que, antes, para as gerações anteriores, guardavam-se nas brumas da invisibilidade e da distância”. A visibilidade das escritoras pode ser acompanhada, por exemplo, nessa rede social, pela comunidade ‘Lendo Mulheres Negras’. É mister que o/a bibliotecário/a acompanhe o mercado editorial, em todos os meios e formatos em que esteja, e as

redes sociais para observar as publicações sobre temas que contribuam para o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como, em especial, a literatura afro-brasileira.

Por fim, sinalizamos, em geral, as **Obras de referência**, que compilam informações sobre determinado tema (especializadas) e podem ser consultadas por bibliotecários para ampliarem seus conhecimentos sobre o universo da produção cultural. Diversas são as obras de referência (dicionários, enciclopédias, catálogos e repertórios), como, por exemplo, a de Nei Lopes, *Dicionário Banto do Brasil* (1996), o *Novo Dicionário Banto do Brasil* (2003), o *Dicionário Escolar Afro-brasileiro* (2007), a *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana* (2011); a de Eduardo Oliveira, *Quem é Quem na Negritude Brasileira* (1998) e, mais recentemente, a obra *Catálogo Intelectuais Negras Visíveis*, organizada por Giovana Xavier (2017), pioneira que apresenta o trabalho de profissionais negras brasileiras. O *Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil*, obra coletiva coordenada por Raphael Cavalcante e Clarissa Estrêla, que oferece referências de artigos de periódicos (impressos e eletrônicos), livros (integrais e capítulos), teses, dissertações e legislações federais.

Os profissionais devem conhecer tanto as editoras e as livrarias especializadas quanto as autoras e os autores e ficar atentos aos lançamentos dos livros e às suas críticas, a fim de ampliar os acervos da biblioteca. É importante chamar a atenção para a presença dos leitores nesse processo de desenvolvimento de coleções, que podem sugerir a aquisição de títulos ou de recursos informacionais a serem adquiridos pela biblioteca e integrar a comissão de desenvolvimento de coleções (VERGUEIRO, 1989). Esses profissionais devem utilizar o máximo de recursos disponíveis para constituir, de modo mais democrático, o acervo com livros que contribuam para construir uma representação positiva dos afrodescendentes. Os bibliotecários que não se familiarizam com o tema ou com as discussões étnicas, raciais e culturais, que não constam nos Cursos de Formação em Biblioteconomia, devem buscar formação continuada para que consigam prover os acervos com livros que tratem da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, parte da mudança revolucionária do pensamento dado pela afrocentralidade.

ENTRE REPARAR E REPARAR: A AQUISIÇÃO DE ACERVOS

Em consonância com a formação e o desenvolvimento de coleções, devemos atentar para a necessidade de ampliar uma rede de divulgação das obras já existentes nos acervos das bibliotecas. A Professora Ana Virgínia Pinheiro, na palestra 'Fontes de informação sobre o negro', proferida em agosto de 2020, dizia sobre a infinidade de documentos que a Biblioteca Nacional já abriga e está à espera de pesquisadoras(es) que

consolidem tais documentações em novos estudos e pesquisas. É certo que isso implica outras políticas necessárias, como o provento de recursos materiais para que pesquisadores negros consigam permanecer em atividade de pesquisa dentro das instituições de cultura e de memória.

Essa reflexão já foi realizada por Lima Barreto, em 1915, na impecável crônica 'A biblioteca', publicada no *Correio da Noite*, em que faz uma crítica à Biblioteca Nacional. Analisando a estatística de leitores, publicada mensalmente pela instituição, o que "é sempre provocadora de interrogações" (LIMA BARRETO, [1915], 2018, p. 656), Lima Barreto observa que é revelado o perfil de um mesmo tipo de usuário, que vai em busca de obras majoritariamente em idioma estrangeiro. Ele próprio, frequentador assíduo da instituição, sente-se intimidado pela localização e pela suntuosidade do edifício. Além disso, continua: "O estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é das mais curiosas" (LIMA BARRETO, [1915], 2018, p. 656).

Sobre o conhecimento dos leitores da comunidade onde a biblioteca se insere, Vergueiro (1989) evidencia que a forma como os sujeitos se apropriam das necessidades e de suas demandas varia conforme o tipo de biblioteca. Para isso, o profissional precisa conhecer e convocar diferentes métodos e metodologias, que podem envolver pesquisas qualitativas, quantitativas e quanti-qualitativas. Independentemente do tipo de biblioteca (escolar, pública, universitária, nacional, especializada), deve-se sempre levar em consideração os usuários e lhes dar voz para que possam avaliar os acervos que contemplem a dimensão técnica e humanística do processo. Ressaltamos que tanto os usuários efetivos ou reais quanto os potenciais, aqueles que poderiam, a qualquer momento, usufruir dos serviços e dos produtos da biblioteca, são a razão da existência das bibliotecas e serão da sua resistência. É preciso estar atento para o não uso (desuso) do acervo e da biblioteca em si, porque os que não frequentam podem não se sentir contemplados por meio dos acervos e dos serviços, como expresso a seguir:

[...] a falta de acesso não era o nosso único problema, pois nos deparávamos com livros que não nos representava, e quando o faziam, nos retratavam de modo grosseiro, subalterno, ridicularizado, diminuído. Nossa figura negra que descobríamos e valorizávamos mais a cada dia não fazia parte do universo literário" (MOTA; MOTA, 2014, p. 146).

Assim, dando continuidade às etapas já abordadas – estudo da comunidade; política de seleção e a seleção – sobretudo às decisões efetivamente realizadas sobre a seleção dos títulos que se devem adquirir, a etapa posterior é a de aquisição ou compra do material, uma atividade administrativa, que não é realizada pelo bibliotecário, mas, geralmente, pelo setor responsável pelas compras. Outras formas de adquirir acervos

é por meio de doação e de permuta, que devem obedecer aos mesmos parâmetros definidos pela política de seleção (VERGUEIRO, 1989). Ademais, como fruto de avaliação do processo como um todo, pode-se efetivar a retirada definitiva de itens do acervo, é o que se chama de “descarte” ou “desbastamento”, que é o deslocamento de parte da coleção para outro lugar menos acessível, a fim de garantir a guarda temporária, devido a problemas de espaço, de baixa procura, de conservação, duplicatas ou de uma avaliação temporária dos itens (VERGUEIRO, 1989).

Nas bibliotecas, essas operações de descarte e de desbaste são essenciais, pois há um volume crescente de livros que adentram o acervo, por meio de doações, de permutas ou de compras. E como a biblioteca busca compor seus acervos a partir das diversas necessidades de informação de seus usuários, cujos gostos e desejos mudam, ao longo da vida, é preciso avaliar, com mais frequência, os acervos e promover a entrada e a saída dos itens informacionais. Outro fenômeno que ocorre nas bibliotecas deriva da frequência com que os livros mais conhecidos ou os *best-sellers* do momento são emprestados, o que leva ainda mais a um desgaste do material, e os livros precisam ser repostos. Enfim, “a avaliação permitirá ao bibliotecário verificar se as etapas anteriores do processo, desde o estudo da comunidade ao desbastamento, estão sendo realizadas de forma coerente” (VERGUEIRO, 1989, p. 83). Com esse diagnóstico, é possível efetuar as alterações necessárias, as inclusões ou as supressões, reforçando o caráter dinâmico e planejado do processo de formação e desenvolvimento de coleções.

Sobre o processo de compra, que efetiva a seleção, é possível que haja dificuldades de fazer com que o livro chegue às prateleiras da biblioteca, já que o processo de compra nas instituições públicas envolve a licitação, que é um processo administrativo. Nessa modalidade, é necessário o cadastrado das editoras e/ou fornecedores, que são comumente as de grande entrada no mercado. Esse tipo de competição é desigual na medida em que são as editoras pequenas e médias que têm publicado as literaturas negras, afro-brasileiras e, por isso, têm crescido. Outro entrave é o das pequenas tiragens, isto é, poucos livros são impressos e se esgotam rapidamente e às vezes não são reeditados. É preciso que os bibliotecários, em conjunto com as editoras, fortaleçam essa circulação das obras literárias, apoiando a circulação do livro e novas edições.

É preciso ultrapassar diagnósticos sobre as ausências e as lacunas, que são os primeiros passos importantes, o que faz com que eles subsidiem reflexões sobre como foram e como são formados os acervos, com vistas a pensar como devem ser e proporcionar uma “virada formativa”, para possibilitar uma multiplicidade de discursos representativos das vozes das alteridades, aqui, localizada no âmbito da autoria da literatura afro-brasileira. A reparação desses acervos, dentro do que intitulamos ‘política de reparação de acervos’ (TANUS; TANUS, 2018, 2020), consiste em incluir autores e autoras negros nas políticas, isto é, nos documentos que formalizam as ações de formação e de-

envolvimento das coleções, e a efetiva concretização do processo dos livros nos acervos. Decerto, estamos diante de um grande desafio, porquanto os acervos de literatura são representativos de um campo literário brasileiro que pouco mudou desde o século XIX, pois, ainda hoje, é formado, segundo pesquisa de Regina Dalcastagnè (2014), por escritores, homens, brancos, com cursos superiores, vinculados ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a quem imaginam ter sido dada a incumbência de gestar a identidade da nação brasileira, que se volta para um processo de manutenção do embranquecimento, da literatura, da política, da subjetividade, de tudo.

Assim, é necessário redirecionar o olhar para os autores negros e negras e para os autores regionais, que, frequentemente, são silenciados na composição dos acervos das bibliotecas. Isso porque perceber as ausências para suprir as lacunas contribui para que as bibliotecas, de fato, sejam verdadeiramente instrumentos de modificação social. O acesso aberto e universal passa pela disponibilização de recursos informacionais que vão ao encontro das necessidades informacionais, como posto pelo Código de Ética brasileiro do bibliotecário, que aborda a atuação fundamentada tanto na missão da biblioteca quanto no “perfil sociocultural do público-alvo da instituição onde está instalada a unidade de informação em que atua, bem como das necessidades e demandas dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade” (CFB, 2018, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão das bibliotecas é de possibilitar à comunidade em que estão inseridas o acesso às informações, razão por que precisam estar atentas à sua diversidade cultural, aos seus desejos, às suas necessidades e às suas demandas de informação. Como cada leitor da biblioteca possui suas experiências e trajetórias de vida, cabe a elas fugirem das generalizações (pretensos universalismos) contidas no pensamento hegemônico, o qual gesta um modelo de usuário ideal e desconsidera, silencia e rasura todos os que se afastam desse modelo.

Para que a desigualdade não seja ainda mais configurada, é imprescindível que as bibliotecas façam circular as obras de autores/as negros/as, afro-brasileiros/as, que alterem a visão de mundo dos usuários e representem a maior parcela da população brasileira. É preciso, pois, discutir sobre a aplicação da Lei 11.645/2008 (que alterou a 10.639/2003), visibilizá-la e garanti-la, fomentando o incremento dos acervos das bibliotecas, isto é, buscando “descolonizar os currículos” (GOMES, 2012) e “descolonizar os acervos das bibliotecas” (TANUS; TANUS, 2020) escolares, públicas, universitárias e

nacionais, notadamente marcadas pelo cânone e pelo trabalho das grandes editoras, que fazem circular uma parcela de obras que atendem ao mercado e seus interesses. Atualmente, as bibliotecas veem reduzidos abruptamente seus já escassos orçamentos, devido à falta de investimentos e ao descaso por parte dos órgãos públicos que tomaram conta, infelizmente, da área da Cultura e da Educação no país, retrocessos pós-golpe de 2016, o que conduz à ampliação da defasagem dos acervos e impede a adequação de uma infraestrutura e a garantia de um número esperado de profissionais especializados para cumprirem a missão e o papel social das bibliotecas em sua complexidade. Devido a essa conjuntura, os bibliotecários devem se colocar como sujeitos ativos, críticos, reflexivos e, sobretudo, políticos (e idealizar uma sociedade menos injusta é um ato político), que utilizem o expediente das avaliações dos serviços, a fim de perceber e delinear as relações de poder existentes e de assumir que são capazes de atuar como agentes de desestabilização da dominação cultural e dos mecanismos de reprodução dessa dominação.

Assim, embora o foco deste trabalho sejam os acervos das bibliotecas – centralidade criticada porque, na concepção tradicional, a biblioteca se volta, quase que exclusivamente, para o acervo – é também, a partir do acervo, que os usuários se formam leitores e (re)constroem suas identidades. Ou melhor, é por meio da literatura que os sujeitos constituem suas identidades, suas subjetividades. A própria literatura oscila entre ausência e presença, o que possibilita a experiência de alteridade, numa operação de desajustes importantes entre os modos de ver/modos de ser e de existir/resistir, necessários para (des)construir os modelos vigentes e a reconstruir as identidades, rumo a um projeto de comunidade calcado verdadeiramente na diversidade.

Assim, lançar luz sobre a materialidade informacional, observando as presenças e as ausências de autores e títulos, é tão urgente quanto a mobilização realizada em discussões sobre as ações culturais e o patrimônio imaterial. Para isso, é requerida uma atuação mais ativa e eficiente dos profissionais a respeito da formação e do desenvolvimento dos acervos, uma seleção que deve ser racional, baseada nas avaliações que observam as demandas sociais, com vistas a atender às comunidades em sua pluralidade. Os acervos - materialidade que compõe a herança cultural e bibliográfica local e nacional - devem contribuir para a construção de uma nação plural.

Para isso, eles devem agregar a produção bibliográfica de afro-brasileiros e fomentar a participação da comunidade negra, desde os movimentos negros aos quilombolas, isto é, as comunidades afro-brasileiras, em geral, a fim de que possam, de fato, tomar decisões concernentes às ações das bibliotecas, em especial, ao desenvolvimento de suas coleções. Em suma, é preciso uma “política de reparação dos acervos”, com a inclusão de escritores/as negros/as, de modo a possibilitar o movimento da descolonização dos

acervos das bibliotecas brasileiras (TANUS; TANUS, 2018, 2020). Dito isso, longe de a formação de coleções das bibliotecas serem ações ingênuas, desprovidas de intencionalidades, elas são intenções (in-tensões) que geram consequências e devem ser atos refletidos, que visem contribuir para a “informação”, vinculada à ação, e à “informação” de leitores – informação do sujeito e formação de leitor – atuando na constituição do humano e na consolidação de sua humanidade.

Como já dizia Paulo Freire (1972), a leitura e a educação são atos políticos capazes de transformar a realidade. Tal pensamento freiriano de que “a educação não muda o mundo, a educação muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo” é acertado. Pois é por meio da educação que poderemos imaginar uma sociedade de pessoas livres, com acesso aos direitos fundamentais. Tal educação é realizada em sua dimensão modificadora, que traz vozes, olhares, sujeitos e suas subjetividades, histórias e expressões, das quais os livros são excelentes fontes e pelas quais os bibliotecários desenvolvem suas atividades nas bibliotecas. Elas são instituições políticas porque se inserem na arena política da sociedade. Todos nós estamos localizados em um sistema político, por isso “as bibliotecas e os bibliotecários têm o compromisso de colaborar para o ideal democrático-republicano do bem comum” (MENESES-TELLO, 2019). As democracias necessitam de uma educação para uma cidadania com pensamento crítico; isso pressupõe a presença de bibliotecários que desenvolvam ações para o desenvolvimento de acervos, em conjunto com o desenvolvimento da competência crítica em informação, de maneira a fomentar a autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

AMARO, Vagner. **Bibliotecário lança editora sobre temática afro-brasileira**. 2016. Disponível em: <http://biblioo.info/bibliotecario-lanca-editora-voltada-a-tematica-afro-brasileira/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro. 2009. p. 93-127.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Disponível em: <http://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo->

-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. **Gestão de estoques de informação: novos termos e novas posturas para um novo contexto.** São Paulo: FEBAB, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. Por que precisamos de escritoras e escritores negros? In: C. SILVA (org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p.66-69.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira.** Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. 23, p. 113-138, jul./dez, 2010.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1972.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr., 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. (2012). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas.** Brasília/DF: Briquet de Lemos.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Code of Ethics for Librarians and other Information Workers.** 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11092>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. A biblioteca. In: **Obra reunida: volume 3.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. p. 655-657.

LITERAFRO. **O Portal da Literatura Afro-brasileira.** Disponível em: www.lettras.ufmg.br/literafro. Acesso em: 12 jul. 2020.

MENESES-TELLO, Felipe. La biblioteca pública como institución política: la correlación entre bibliotecario público y bibliotecario político. RICI: R. **Ibero-amer.** Ci. Inf., ISSN 1983-5213, Brasília, v. 12, n. 3, p. 905-940, set./dez. 2019.

MOTA, Maria Nilda de C.; MOTA, Eduardo Guilherme de C. Livros para que te quero [...]. In: SILVA, C. (org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p. 144-159.

NATÁLIA, Livia. Meu pai não montava a cavalo, nem ia para o campo [...]. In: SILVA, C. (org.). **Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p.70-80.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Fontes de informação sobre o negro no Brasil. Mediação de André Luiz S. Silva. [S.l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (117 min.). Publicado pelo Canal da Revista Áfri-

cas e Africanidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R92cxhwwVN3>. Acesso em: 7 ago. 2020.

REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES. ISSN: 1983-2354. Disponível em: www.africaeafrikanidades.com.br. Acesso em 10 ago. 2020.

TANUS, Gustavo. Literafro – o portal da literatura afro-brasileira e sua re-configuração, entrevista com o idealizador do projeto, Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 43, n.76, p. 99-102, 2018.

TANUS, Gustavo, TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. As bibliotecas públicas e a importância da formação e do desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira. In: **Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, ENANCIB, 19. 2018.

TANUS, Gustavo, TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. Onde estão os autores e autoras negras? A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Dia-crítica**, v. 34, n. 2, p. 249-263.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada vez mais necessária. In: MELLO, J.; ALMEIDA, J. (org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: Ed. IFRN, 2017. p. 36-69.